

**Eleições e meios de comunicação no Brasil. Análise do
fenômeno Collor de Mello**

José MARQUES DE MELO

Universidade da São Paulo

Working Paper n.56

Barcelona 1992

As eleições presidenciais brasileiras de 1989 revelaram facetas surpreendentes, causando grande perplexidade. Depois de um longo período autoritário, marcado por 20 anos de governos militares e 5 anos de um governo civil tutelado pelas forças armadas, todos os prognósticos conduziam a um desfecho político com matizes de esquerda, elevando à chefia do governo um daqueles líderes consagrados pela oposição ao golpe militar de 1964. A vitória de Fernando Collor de Mello, candidato sem projeção nacional e sem tradição oposicionista ao regime militar, causou enorme espanto e até hoje não foi assimilada pelas elites e pela intelectualidade. Sua fulminante ascensão nas preferências populares foi simplisticamente atribuída a um efeito de manipulação dos mass media, que se esperava esvasiado no climax eleitoral. Essa hipótese pareceu consistente, pois a anuenciada consagração já no primeiro turno não aconteceu e suas chances de vitória pareciam estancadas na última semana antes do segundo turno. Apesar disso, ele venceu com 35 milhões de votos, apoiado por um pequeno partido sem qualquer sustentação na engrenagem eleitoral brasileira.

A surpresa da eleição de um novato, procedente de um Estado pobre e politicamente inexpressivo, sem dispor de base parlamentar, ainda mais detentor de uma bibliografia ambígua e obscura, justificou a configuração daquilo que se convencionou chamar de FENOMENO COLLOR. A expressão engloba não apenas sua trajetória fulminante no cenário eleitoral, mas também seu estilo de governo, marcado por gestos grandiloquentes, causando sempre grande impacto sóciopolítico. O denominador comum do comportamento público do Presidente brasileiro é a sua enorme capacidade de utilizar símbolos para se comunicar com a sociedade, valendo-se do potencial multiplicador da mídia eletrônica, produzindo uma espécie de amortização da cidadania, que se mantém atônita e quase imobilizada diante do que vem acontecendo no país.

Em relação ao FENOMENO COLLOR há uma grande polarização comportamental. De um lado, estão os que o consideram um político biônico, protótipo do marketing eleitoral gestado nos países do Primeiro Mundo, cuja imagem pública foi construída pelos meios de comunicação para anestesiar massas incultas, famintas, messiânicas. Assim sendo, seria alguém desprovido de qualquer essência, vazio, mistificador, incapaz de cumprir sua tarefa como estadista. De outro lado, estão os que reconhecem na sua figura carismática habilidade necessária para gerenciar a crise institucional que dificulta a transição brasileira do autoritarismo à democracia. E também a capacidade de mobilizar a opinião pública para superar as distorções do estatismo, do corporativismo e do clientelismo, conduzindo o país à modernidade. O domínio dos processos de motivação popular e de persuasão política, através dos mass media, constituiria um trunfo importante na sua missão para lograr que o embate entre interesses conflitantes nos setores da economia e da política seja substituído por um pacto nacional destinado a superar a crise.

No meio dessas duas posições, encontra-se um expressivo, mas não tão numeroso contingente, que continua perplexo diante dos desdobramentos dos fatos que culminaram com a eleição de Collor de Mello e o seu estilo rocambolesco de governar. Se, numa perspectiva construtiva, confiam na validade das intenções de mudanças estruturais, contidas no programa de governo apresentado aos eleitores; num outro aspecto, chocam-se com as excentricidades do candidato e do governante, sobretudo com as suas demonstrações de contundência retórica, que tanto podem refletir a impaciência ante os ataques constantes de uma mídia preocupada em denunciar sistematicamente tudo e todos, quanto a frustração decorrente da falta de apoio parlamentar para a aprovação de medidas consideradas indispensáveis à superação dos impasses institucionais.

Para melhor entender o FENOMENO COLLOR torna-se necessário esboçar o quadro histórico em que se dá sua eleição e que determina em grande parte sua postura insólita como mandatário nacional.

Desde a proclamação da República, em 1889, o Brasil tem vivido momentos de grande turbulência. Depois de quase meio século de estabilidade política, propiciada pela monarquia parlamentar, o regime republicano inaugurou a intervenção castrense no cenário nacional. Sucessivos golpes militares, ostensivos ou dissimulados, interromperam os esforços dos governantes civis para solucionar os graves problemas nacionais, inclusive aqueles decorrentes da formação e expansão de um exército de párias, constituído pelos ex-escravos e pelos miseráveis expulsos do campo, que migram para as cidades em busca de trabalho e de melhores condições de subsistência.

A última façanha da corporação militar foi o golpe de 1964, cujas raízes estão fincadas na movimentação anti-populista durante o segundo Governo Vargas, que este frustra dramaticamente com o ato extremo do suicídio, em 1954. A posse do novo presidente eleito, Juscelino Kubitschek, foi garantida somente depois de negociações feitas com o poder militar. Mesmo assim ele enfrentou várias rebeliões castrenses. Seu sucessor, Janio Quadros, permaneceu no cargo menos de um ano, apesar de eleito com votação estrondosa, graças ao estilo populista, histriônico, escudado na bandeira da moralização pública. Sua renúncia foi atribuída às "forças ocultas" que coíbiam sua autoridade constitucional. Na verdade, Quadros não possuía maioria parlamentar, havendo fortes indícios de que a renúncia fora pensada como um "golpe branco" capaz de mobilizar a opinião pública para o fechamento do Congresso e a restauração dos poderes presidenciais plenos, naturalmente com o apoio militar. A manobra não deu certo. Depois de um momento conturbado, e da hesitação das forças armadas, divididas entre facções legalistas e golpistas, assume o vice-presidente João Goulart, seguidor do nacionalismo populista de Getúlio Vargas. Seu breve governo, marcado pela exacerbação dos ânimos políticos, em decorrência do programa das "reformas de base", propiciou a

aglutinação do poder militar, que desencadeou o golpe de 31 de março de 1964, contando com o apoio da classe média, da imprensa, da igreja e do empresariado, todos temerosos do "caos" instaurado pela chamada "república sindicalista".

Inicia-se um ciclo heterogêneo mas duradouro, em que a atividade política foi reduzida à condição de anteparo do protagonismo castrense, eliminando-se as eleições para os cargos executivos. O cargo de Presidente da República converteu-se em privilégio dos Generais de Exército, por estes escolhido e referendando, enquanto os de Governadores dos Estados passaram a ser exercidos por civis nomeados pelo General-Presidente. Não obstante os governos militares tenham conseguido desenvolver uma ampla infra-estrutura de transportes, comunicações, energia e abastecimento, modernizando a produção industrial brasileira, sua atuação a frente do governo agravou as condições sociais da população. Além de expandir o contingente dos miseráveis, os governos militares foram responsáveis pelo recrudescimento da corrupção, que aliás constituiu a razão principal do golpe de 1964. A pressão popular pela democracia e a resistência política tecida pelas instituições da sociedade civil - igreja, imprensa, sindicatos e universidades - determinou o recuo estratégico dos anos 70. Primeiro foram convocadas eleições para os governos estaduais (com vitórias significativas das forças oposicionistas); depois foi decretada a anistia aos presos políticos e aos exilados; finalmente foi convocada uma Assembléia Constituinte, sem que se obtivesse permissão para eleger um Presidente civil, pelo voto direto.

O primeiro governo pós-militar foi escolhido por um colégio eleitoral representativo das forças políticas dominantes, culminando com a indicação de um político tradicional, considerado confiável pelas forças armadas, que militara na oposição ao regime durante o período autoritário. Todas as esperanças nacionais estavam simbolizadas na figura de Tancredo Neves, um homem conciliador, mas bastante firme na defesa dos postulados da democracia representativa. Sua morte, causada por uma ironia histórica, produziu enorme frustração junto ao povo, que presenciou a posse do vice-presidente, um homem comprometido com o regime militar do qual se distanciara estrategicamente pouco tempo antes. Assim sendo, a transição civil transcorreu como se fora um prolongamento do governo castrense, garantindo certas conquistas democráticas, mas retardando a escolha do primeiro mandatário pela via do plebiscito popular. O único feito do governo Sarney foi o Plano Cruzado, uma tentativa inicialmente bem sucedida para estancar a inflação, que foi manipulada politicamente para garantir a vitória governamental nas eleições de 1986. Fraudado nas suas expectativas, porque vítima do descontrole da economia depois do descongelamento dos preços e salários, o eleitorado reagiu violentamente, inclinando-se para a esquerda radical na escolha dos prefeitos das principais cidades brasileiras. A maior parcela da vontade nacional orientou-se para soluções não convencionais, consagrando candidatos vinculados a legendas patrocinadas pelo PDT -Partido Democrático Trabalhista- de Brizola e pelo PT de

Lula -Partido dos Trabalhadores. Perigavam, portanto, esperanças daqueles políticos, vinculados aos partidos que apoiaram a Nova República, especialmente o PMDB -Partido do Movimento Democrático Brasileiro- e o PFL -Partido de Frente Liberal.

O ano de 1988 termina sob o signo da ingovernabilidade, conduzida impassivamente por Sarney, que assistiu a uma corrente de greves e conflitos sociais, além de denúncias sucessivas de corrupção governamental. A nova Constituição nascia contraditória, marcada por um perfil conservador na economia (garantindo os privilégios das elites empresariais) e extremamente liberal nos direitos sociais (assegurando vantagens trabalhistas, especialmente para os funcionários públicos, cujo onus recaía sobre o Estado, já fraco e combalido). A voz das urnas era um indício de que a população consagraria nas eleições de 1989 um candidato à esquerda, figurando Brizola e Lula como os preferidos pela população. Brizola tinha uma biografia política marcada pela oposição histórica ao regime militar, determinada pela sua filiação ao trabalhismo de Vargas e Goulart, e confirmada pelo longo exílio sofrido. Beneficiado pela anistia, regressa ao país, consagrando-se nas urnas como Governador do Rio de Janeiro, numa comprovação cabal de que seu carisma de "caudilho" continuava a catalizar o eleitorado. Lula, por sua vez, emergira como a principal liderança do "novo sindicalismo", que se forja na resistência ostensiva ao sistema autoritário, liderando greves, protestos e manifestações populares, de que resultou a organização de um partido dos trabalhadores, marxista nas suas diretrizes, mas apartado dos tradicionais correntes do comunismo ortodoxo, de matiz stalinista, sendo, por isso mesmo, apoiado e fortalecido por segmentos eclesiais vinculados à teologia da libertação. Havia a convicção de que um dos dois candidatos potenciais seria o futuro Presidente do Brasil.

É nesta conjuntura de quase pânico entre as elites dirigentes do país, temerosas da repetição daqueles episódios marcantes da eleição e deposição de Allende no Chile, que começa o ano de 1989, quando os brasileiros iriam às urnas pela primeira vez, depois de 29 anos, para escolher o próximo Presidente. Essa situação era agravada pelo fato de que a nova Constituição garantia o direito de voto também aos analfabetos e aos jovens maiores de 16 anos, ampliando significativamente o colégio eleitoral. Essa escolha seria feita por 82 milhões de pessoas, ou seja 55% da população, situação bem distinta daquela ocorrida em 1960, quando o eleitorado era composto de 16 milhões de indivíduos, representando apenas 22% da população nacional.

Mas eis que surge o FENOMENO COLLOR, alterando radicalmente as tendências da eleição e tornando improvável qualquer prognóstico sobre os resultados finais do pleito. A candidatura Collor foi projetada com impacto pelos meios de comunicação de massa, revelando a extrema habilidade do postulante para se comunicar com o eleitorado potencial, galvanizando a simpatia e a adesão

de contingentes bastante expressivos.

De acordo com a tradição política brasileira, a biografia de Collor não revelava evidências de suas possibilidades de vitória. Além de ser desconhecido no cenário nacional, provinha de uma região eleitoralmente inexpressiva, pois o grande contingente dos votantes está situado no eixo Centro-Sul. Lançava-se na arena política com o apoio de um partido insignificante, enfrentando as poderosas máquinas das agremiações governistas e as bem estruturadas bases oposicionistas (sustentadas pelos sindicatos, pelas igrejas e pela intelectualidade). Não contava também com o respaldo do empresariado, cujo apoio era estrategicamente repartido entre vários candidatos: à direita, ao centro e à esquerda. Sua candidatura parecia a princípio um gesto aventureiro, de alguém que se lançava na cena eleitoral para contabilizar adesões a longo prazo.

Quem era Fernando Collor de Mello? Pertencia a uma família de políticos. Seu avô materno havia sido Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas na década de 30 e seu pai fora Governador eleito do Estado de Alagoas, no Nordeste brasileiro, na década de 50. Era também um homem vinculado ao negócio da comunicação de massa, participando da gestão e do controle acionário da organização Arnon de Mello, grupo multimídia local, integrado por jornal diário, rádio e televisão. Foi educado no Rio de Janeiro e em Brasília, onde residiu seu pai, desempenhando mandatos como deputado federal e senador da República. Logo após a morte de Arnon de Mello, a viúva Leda e seus filhos assumem o controle da empresa de comunicação e buscam um sucessor eleitoral dentro da família. A primeira tentativa é feita pela própria matriarca, que se candidata ao Congresso Nacional, não conseguindo votação suficiente para se eleger. Afastada durante muito tempo do Estado que conferira sucessivos mandatos parlamentares a seu marido, ela não logra sensibilizar o eleitorado fiel à legenda familiar. Trata, portanto, de incentivar um dos filhos para seguir a carreira do pai. Fernando é o depositário das esperanças da família. Ele regressa a Alagoas em fins da década de 70, assumindo a presidência do conglomerado comunicacional, e integrando-se na vida política local. Em 1979 é nomeado Prefeito de Maceió, a capital do Estado, cumprindo um mandato que lhe foi confiado pelo governo militar. Três anos depois, elege-se Deputado Federal, obtendo a maior votação parlamentar em todo o Estado, pela legenda governista. Em seguida, ele se desvincula do partido oficial e ingressa no principal partido da oposição, pelo qual se candidata a Governador de Alagoas em 1986, conquistando o cargo com expressiva votação.

Até então um político obscuro, o estilo que Fernando Collor de Mello imprime ao governo de Alagoas lhe dá notoriedade nacional. Ergue a bandeira da moralidade pública, pregando uma administração austera e saneadora, que obtém imediatamente grande simpatia popular. Conhecendo profundamente a engrenagem da mídia, ele faz repercutir suas palavras e ações por todo o território brasileiro,

preenchendo um espaço político que se esvaziara com o fracasso do Plano Cruzado e com um governo hesitante e inapetente como o do Presidente Sarney. Inicialmente ele concentra sua energia no combate aos marajás -ou seja, aos funcionários públicos que recebem elevados salários e não prestam serviços ao governo, valendo-se de artimanhas legais para conservar privilégios. Em seguida, orienta seu ataque ao Governo Sarney, com o qual rompe publicamente e em consequência sofre retaliações, não recebendo verbas federais para o Estado de Alagoas, o que o transforma em vítima. O senso de oportunidade política de Collor, sua imensa capacidade de comunicar-se com o povo, através de mídia, o clima de desalento e desesperança que domina o país, numa conjuntura de quase ingovernabilidade, são os ingredientes que vão fortalecer sua ascensão nacional, viabilizando a candidatura presidencial. Este é um momento caracterizado pelo impasse constitucional (confronto entre conservadores e progressistas no parlamento), pela queda da produção (consequência da onda de greves na indústria e no serviço público), pelo descontrole econômico (inflação galopante e perda do poder de compra dos salários), pelo fisiologismo político (uso da máquina estatal para privilegiar os parentes e amigos dos novos governantes, no mesmo estilo dos velhos políticos que combateram durante o regime militar), etc. etc.

Não foi difícil a Collor emergir como um furacão, pondo sua candidatura nas ruas, sustentada por signos extremamente persuasivos -moralidade, juventude e modernidade- alcançando patamares nas preferências populares que alarmaram os demais contendores. Figurando como o fator surpresa num pleito delineado pela disputa entre candidatos legitimados historicamente, ele se converteu no principal alvo de combate dos adversários, durante a campanha. Essa situação de vítima, atacado por todos os lados, fortaleceu ainda mais sua candidatura, dentro daquele contexto da psicologia social do brasileiro, que simpatiza com o "amarelinho" (o mito do fraco e desprotegido, que enfrenta os fortes e poderosos, revivendo de certo modo o legendário embate de David contra Golias). Tudo isso temperado por um discurso ideologicamente ambíguo, defendendo os interesses das camadas empobrecidas e combatendo a ganância dos poderosos e privilegiados. Mas a principal motivação da sua campanha estava na luta de gerações, o que o contrapunha, como representante da maioria jovem da população, a todo um contingente de caciques políticos, que dominaram a cena nacional nos últimos 30 anos, ora na oposição, ora no governo, sem contudo resolver os problemas básicos do povo.

Do ponto de vista da relação entre comunicação e política, a última eleição presidencial brasileira apresentou algumas singularidades notáveis. Foi uma eleição solteira, exclusivamente para presidente da república, não envolvendo portanto nenhuma opção local, para vereador, deputado ou governador, o que de certo modo desmobilizou o aparelho eleitoral convencional, conduzindo a uma escolha distanciada do dia-a-dia do eleitor, ou melhor, fora dos interesses diretos dos

"currais eleitorais". Além disso, foi uma eleição em dois turnos, a primeira a nível nacional, causando necessariamente uma polarização entre dois candidatos e uma consequente aglutinação de forças díspares. A disputa no segundo turno foi feita por dois candidatos jovens, que derrotaram mais de 20 pretendentes, inclusive as "vacas sagradas" da política nacional.

No plano ideológico, houve uma antagonização confusa; de um lado, Lula, apoiado pelas esquerdas tradicionais, enfatizando um discurso que procurava minimizar sua opção de classe, numa tentativa de ganhar votos de segmentos situados ao centro do espectro político; de outro lado, Collor, acusado como representante das forças conservadoras, recusando publicamente apoio de figuras notórias de direita, inclusive do empresariado paulista aglutinado pela FIESP -Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, mas utilizando uma retórica peculiar à esquerda, porque embasada nas demandas populares imediatas, principalmente das camadas marginais, politicamente desorganizadas.

Além disso, a legislação eleitoral continha ingredientes novos, produtos da abertura democrática. Preservava espaços gratuitos para a apresentação das plataformas dos candidatos, poucos antes do pleito, garantindo assim uma comunicação direta com o eleitorado, em rede nacional de rádio e televisão. Mas em compensação abria o flanco para o uso desse mecanismo bem antes da eleição, a título de exposição das diretrizes partidárias. Como era possível criar novos partidos, sem grandes exigências legais, abrindo-se a brecha para que as pequenas legendas negociassem seus espaços no rádio e na televisão, antes e durante a eleição.

Collor teve a sorte de ser o primeiro candidato a se lançar publicamente, no espaço partidário, ainda no começo do ano eleitoral, enquanto muitos partidos bem situados eleitoralmente ainda se achavam em disputa interna entre vários pré-candidatos. E teve também a audácia de utilizar os espaços de outros pequenos partidos, sem candidatos próprios, multiplicando assim sua aparição junto ao grande público, fixando a imagem de um candidato destemido e desbravador. Essa estratégia lhe valeu uma subida crescente nas preferências eleitorais, aferidas pelas pesquisas realizadas periodicamente, desconcertando os demais partidos, quase todos indefinidos em relação aos candidatos que iriam apoiar.

Exceto Lula e Brizola, previamente definidos como candidatos e confirmados pelos respectivos partidos, todos os outros, inclusive os majoritários, que vinham apoiando o governo de transição, hesitaram na definição de nomes, o que veio a ocorrer em fase bem adiantada da campanha. Quando esta se trava definitivamente, ou seja, nos 60 dias que antecederam o primeiro turno, através do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, Collor continuava a ser o preferido dos eleitores, seguido por Lula e Brizola.

Não obstante o decréscimo do seu favoritismo inicial, atacado que passou a ser por todos os contendores, à direita e à esquerda, ele conservou folgadoamente o primeiro lugar, o que foi confirmado pela eleição do dia 15 de outubro de 1989. O segundo colocado foi Lula, apoiado por uma coligação de partidos da esquerda tradicional, incluindo o seu próprio -o Partido dos Trabalhadores- e mais o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Stalinista, de linha albanesa, o Partido Socialista Brasileiro reunindo socialistas históricos, e o Partido Verde, integrado pelos ecologistas. A esta frente de esquerda se juntou, no segundo turno, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), prossoviético, e segmentos importantes situados à esquerda e centro-esquerda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e também do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que tinha o trunfo da resistência histórica ao regime militar, mas que se desgastou politicamente ao sustentar o Governo Sarney.

Uma fator decisivo para as vitórias de Collor e de Lula no primeiro turno das eleições foi sem dúvida a eficiência do marketing político de que se valeram para argumentar diariamente no rádio e na televisão, em redes nacionais. Seus programas eleitorais eram de muito boa qualidade, ágeis, convincentes e bem adaptados ao ritmo veloz da mídia e à linguagem simples das grandes massas. Aquela foi uma eleição em que os métodos tradicionais de comícios e de conversa ao pé-do-ouvido funcionaram com relatividade, porque cada eleitor teve chance de ouvir, no dia-a-dia, a palavra do próprio candidato, dispensando em certo sentido a intermediação dos chamados "cabos eleitorais". De qualquer maneira, houve uma combinação do convencimento massivo e da persuasão grupal. Lula concentrou suas forças nas grandes metrópoles e Collor dirigiu seu esforço de propaganda direta nas pequenas comunidades do interior e nos bairros periféricos das capitais. O corpo-a-corpo foi intenso, ambos os candidatos tratando de ganhar a confiança dos eleitores indecisos.

Outro fator importante foi o debate entre os candidatos na televisão. Durante o primeiro turno, Collor recusou-se a participar dos debates, evitando desgastar-se desnecessariamente, na medida em que se converteu no alvo do ataque de todos os adversários, tendo em vista sua liderança firme nas preferências eleitorais. A mesma tática de fuga ao debate havia sido utilizada com sucesso por Jânio Quadros, na eleição recente em que disputara a prefeitura de São Paulo e saíra vitorioso. Isso valeu a Collor a pecha de candidato biônico, que não tinha capacidade de argumentar ao vivo com os seus contendores.

Com sua vitória foi confirmada no primeiro turno, ele manteve a palavra de que debateria na televisão com o seu adversário. As coligações partidárias acertaram com o pool das emissoras de televisão dois debates em rede nacional. No primeiro debate, os dois candidatos se enfrentaram e demonstraram grande habilidade para a batalha retórica. Caiu por terra a teoria de que Collor seria incapaz

de expor suas próprias idéias, pois ele se mostrou eficaz, tendo Lula se revelado à mesma altura do adversário. As pesquisas de opinião pública apontaram Lula como ligeiramente vitorioso no debate, fato que fez aumentar as intenções de voto na coligação das forças populares ameaçando o favoritismo de Collor.

O período de intervalo entre os dois debates foi surpreendente; os partidários de Lula tornaram-se extremamente aguerridos e disputaram espaços de persuasão pessoal e grupal, nas grandes cidades, distoando do discurso "conciliador" do próprio candidato, que enfatizava mensagens não-radicais, para garantir a votação dos segmentos de classe média, ideologicamente situados no centro-esquerda. A técnica do "patrulhamento" foi se disseminando com rapidez, causando pânico nas elites e nas camadas da população despolítica, temerosa da ascensão do "comunismo". A equipe de Collor captou com sagacidade esse temor generalizado e passou a caracterizar a candidatura de Lula como se sectária, radical, terrorista, pretendendo implantar o "comunismo no Brasil" quando aquele regime estava sendo desmantelado completamente pelo povo do Leste Europeu.

Nos bastidores da campanha de ambos os candidatos proliferavam boatos de que o programa eleitoral na televisão iria mostrar evidências desabonadoras a cada um deles, devidamente comprovados. Esperava-se a cada dia uma bomba. Collor tomou a iniciativa e pôs no ar a entrevista de uma ex-namorada de Lula, acusando-o de incitamento ao aborto. A repercussão foi devastadora. Os eleitores da classe média abominaram eticamente a atitude de Collor por invadir a privacidade do seu adversário, reprovando-o também pelo eventual suborno da entrevistada (esta aliás sempre reafirmou ter feito a declaração por livre e espontânea vontade). Mas os eleitores das camadas populares mostraram-se chocados com aquela revelação inusitada, condenando o gesto anti-cristão de Lula. Essa foi uma das armas decisivas da campanha final, num clima radicalizado em que ambos os candidatos lançavam pesadas acusações recíprocas.

Mas a decisão da eleição foi decorrente do segundo debate na televisão. Collor demonstrou maior capacidade de convencimento, argumentando com segurança e pertinência, conduzindo Lula a uma posição defensiva, o que deixou a impressão de um candidato imaturo, sem porte de estadista. As pesquisas de opinião atestaram a vitória de Collor e seus seguidores ganharam novo alento, saindo efusivamente às ruas para celebrar o bom desempenho do candidato, reconquistando espaços que haviam sido quase monopolizados pelos eleitores de Lula. Estava selada a sorte de Collor, que se elegeu Presidente da República no dia 17 de dezembro de 1989.

Foi uma batalha travada principalmente na tela do vídeo, mas decidida pela expressão da vontade popular nas urnas, de modo livre e soberano. Ganhou quem soube catalizar adequadamente os corações e mentes da maioria dos eleitores.

Aliás, foi uma vitória relativa, pois a população votante se dividiu quase ao meio. Collor convenceu 35 milhões de pessoas, enquanto Lula sensibilizou 31 milhões de indivíduos. E quase 16 milhões de eleitores permaneceram à margem, indecisos ante as duas opções. Esse quadro antecipa a dificuldade de exercício do governo, por qualquer um dos eleitos, tendo em vista a resistência de quase metade da população. A ingovernabilidade, cujo fantasma atormentou Sarney durante 5 anos, se projetava sobre o Presidente eleito.

Mas, antes de analisar o desempenho do candidato empossado, torna-se indispensável considerar a interpretação do pleito, a partir das análises feitas pelos teóricos da comunicação. Como os pesquisadores brasileiros avaliaram o Fenômeno Collor? Há duas correntes bem nítidas e contrapostas. Uma que defende a hipótese da vitória antecipada e a outra que sustenta a tese da vitória conquistada. Vamos expor brevemente os dois pontos de vista.

A primeira posição é expressa principalmente por Venício Artur de Lima (1), da Universidade de Brasília. A segunda vem sendo demonstrada por Carlos Eduardo Lins da Silva (2) da Universidade de São Paulo.

A hipótese da vitória antecipada configura-se da seguinte maneira. A complexidade da transição brasileira à democracia e a perspectiva da vitória eleitoral de um candidato das esquerdas, determinou uma ação organizada das elites conservadoras para lançar um candidato capaz de derrotar Lula ou Brizola. O mecanismo principal de desenvolvimento dessa estratégia foi a Rede Globo de Televisão, que domina virtualmente as preferências dos cidadãos brasileiros, possuindo uma audiência diária estimada em 80 milhões de telespectadores. A projeção de Collor e sua ascensão nas pesquisas eleitorais como o candidato consagrado pela população foi decorrente da construção de um "cenário político", urdido pelas telenovelas, pelo telejornalismo, pelas pesquisas de opinião pública, pela cobertura da mídia impressa e eletrônica. Esse "cenário" começou a ser implementado em 1987, quando Collor assumiu a chefia do governo alagoano, prosseguindo durante o ano de 1988 e atingindo o seu clímax em 1989. Quando a campanha foi lançada às ruas, já havia um candidato potencialmente vitorioso. "A estratégia de marketing (...) fez com que Collor fosse produzido durante toda a campanha dentro de um plano coerente de construção de imagem que incluiu desde os gestos (...) e a fala (...) até as cores (...) e a música (...). O cenário televisivo valoriza atributos que define nos seus próprios termos como o jovem, o bonito, o moderno, o esportista e o corajoso (...). As novelas retrataram situações onde a política e o político eram vistos sempre negativamente. O Estado era corrupto e ineficiente, assim como seus funcionários (...). A crise nos países socialistas do Leste Europeu forneceu o componente ideal para reforçar a tese da ineficiência do Estado e da necessidade da privatização. Nesse cenário, Collor lançou-se nacionalmente (...). Fez com que sua imagem se tornasse mais forte do que sua

presença (...). Collor conseguiu melhor identificar-se com e definir os elementos do cenário político hegemônico, e venceu a eleição de 89" (3).

A tese da vitória conquistada estriba-se no pressuposto de que os meios de comunicação de massa cresceram de importância na configuração dos resultados das eleições, mas continuam a não determiná-los, com há inúmeras evidências, tanto no Brasil quanto em outros países. A eleição de Collor pode ser apresentada como um exemplo dessa influência relativa. O que determinou o resultado da eleição foi a capacidade que teve o candidato de expor publicamente uma imagem compatível com as aspirações dos eleitores, bem com convicções ideológicas (políticas, morais, éticas) coincidentes com aquelas pré-existentes no eleitorado, além de refletir seus interesses materiais ou dos grupos de pressão primários que os influenciam. Em síntese, quem realmente decidiu a eleição foi o grau de identificação entre o eleitor e o candidato. Está aí justamente a competência de Collor, o que lhe garantiu a vitória. Vale a pena destacar alguns fatos que desmentem a assertiva de que os meios de comunicação são todo-poderosos, tendo capacidade para decidir uma eleição:

1) Não prevaleceu a lenda de que se torna favorito o candidato que ocupa maior tempo na mídia. Durante o horário eleitoral gratuito, os candidatos dos partidos majoritários tiveram quase o dobro do tempo de Collor e Lula e foram justamente estes que venceram no primeiro turno.

2) Também caiu por terra a mistificação de que o trunfo para o resultado final está no maior volume de dinheiro disponível para a campanha e a produção mais competente dos programas eleitorais. Mais uma vez, verificou-se que os partidos majoritários gastaram mais e tiveram programas mais ricos e no entanto perderam as eleições.

3) O tamanho da audiência dos programas eleitorais também não tem a ver com o resultado das urnas. Se assim fosse, a vitória do segundo turno seria de Lula, cuja propaganda ganhou a preferência dos eleitores, certamente pelo tom humorístico e pela paródia feita em relação à Rede Globo.

4) Outro mito que se desfez: artista ou personagem querida do público não ganha voto do eleitor. No segundo turno, a quase totalidade dos artistas da Rede Globo e das demais redes de televisão, assim como a grande maioria dos intelectuais brasileiros, apoiaram Lula e nem por isso Collor perdeu a eleição.

5) A tese conspiracionista de que a Rede Globo engendrou a candidatura de Collor não se sustenta pelas evidências. O apoio declarado de Roberto Marinho durante a campanha ficou evidente. Mas não são comprováveis as acusações de que houve uma trama para utilizar as telenovelas como instrumentos para lançar o

candidato e projetar sua imagem de "salvador da pátria". Os temas disseminados pelas telenovelas foram usualmente aqueles que estão em circulação em toda a sociedade e são captados com precisão pelas pesquisas de mercado que embasam aquelas produções. É mais coerente explicar que Collor e sua equipe tiveram sensibilidade política para perceber quais eram as aspirações mais simples da maioria das pessoas; daí a existência de tantos pontos comuns entre o conteúdo do seu discurso e as mensagens das telenovelas.

6) O fato de que a Rede Globo e toda a mídia deram mais espaço a Collor que aos outros candidatos justifica-se pelos critérios jornalísticos dominantes. Além de Collor ser o líder das pesquisas eleitorais, ele era o que tinha mais habilidade e audácia para "criar" fatos capazes de sensibilizar os jornalistas. Embora no total ele tenha ficado com mais espaço, houve momentos em que os outros candidatos o suplantaram, como foi o caso de Lula no início do segundo turno, quando este lidera as pesquisas eleitorais.

7) A ocupação do espaço no horário eleitoral gratuito mostrou-se fundamental, mas não decisivo, para ganhar o pleito. O maior beneficiário dessa oportunidade foi Lula, cuja candidatura cresceu à medida que se exibiam os programas em rede nacional. Collor, ao contrário, declinou na preferência do eleitorado, apesar de manter-se na dianteira, quando se expunha diariamente no programa eleitoral gratuito.

8) Finalmente, mostra-se pouco consistente o argumento de que Collor ganhou a eleição porque lançou estrepitosamente sua candidatura em rede nacional de televisão (três vezes em três meses) antes dos demais candidatos. Certamente isso foi importante para fixar sua imagem de candidato desconhecido da grande maioria da população. Mas "se ele não apresentasse propostas e aparências que se casassem com as aspirações das pessoas, ele poderia ter aparecido seis vezes na TV e não ganharia a eleição (...). A exposição na tevê não teve qualquer ligação com o crescimento da candidatura Collor, exceto num primeiro momento em que ele saía do anonimato para o estrelato".

Quero transcrever o corolário da argumentação de Carlos Eduardo Lins da Silva, para justificar a tese da vitória conquistada: "Collor, ao contrário de outros candidatos, não teve pudor de reduzir seu discurso à demagogia mais absoluta, que deixou de levar em considerações as infundáveis variáveis que cercam os problemas brasileiros, para os quais as faixas mais desinformadas do eleitorado acreditam haver soluções rápidas e miraculosas. Collor não teve vergonha de promover essas soluções e se deu bem com isso" (4).

Dar-se bem na eleição é muito diferente de dar-se bem no governo. E este tem sido o maior desafio de Collor, desde que tomou posse na Presidência da

República Federativa do Brasil, em 15 de março de 1989. Sua plataforma de campanha continha promessas imediatas e propostas a longo prazo. Rapidamente, ele prometia reformar o sistema econômico para estancar a inflação. Posteriormente, assumia o compromisso de modernizar a sociedade brasileira, melhorando as condições de vida da população, nivelando-a aos países do Primeiro Mundo. Entre a retórica eleitoral e a realidade governamental, tem havido uma grande distância. Passado um ano e meio de governo, Collor não conseguiu ainda realizar o que prometeu e encontra-se mergulhado em uma profunda crise de governabilidade.

Sua estratégia inicial foi a de governar acima dos partidos e dos políticos, justificando que apresentara um programa de ação ao eleitorado e este o aprovara implicitamente. Logo, caberia aos parlamentares captar esse desejo da maioria da população e aprovar os projetos de lei enviados ao Congresso Nacional para viabilizar as promessas da campanha. Isso evidentemente não ocorreu, como era previsível. O Congresso era majoritariamente constituído por deputados e senadores filiados aos partidos que apoiaram seu adversário no segundo turno das eleições.

Não possuindo base parlamentar e enfrentando também a desconfiança das elites intelectuais, Collor teve dificuldade em constituir seu ministério. Personalidades representativas sondadas para colaborar com o novo governo reagiram negativamente, apesar da declaração enfática do presidente eleito de que governaria com a participação de todos os brasileiros. Assim sendo, o ministério nomeado teve uma composição bastante medíocre, com raras exceções, protagonizadas por figuras respeitáveis que superaram o clima de "patrulhamento" ideológico e aceitaram contribuir para solucionar a crise brasileira.

É importante reiterar que a vitória eleitoral de Collor criou um clima de grande perplexidade, apesar de esperado. Os contingentes organizados da sociedade, situados à esquerda, principalmente nas instituições sindicais, eclesiais e intelectuais, votaram contra Collor e assumiram um comportamento de apatia. Julgando-se intérpretes dos anseios populares viram-se fraudados pela eleição, pois a maioria da população, sobretudo as camadas mais pobres, preferiu a opção "collorida". Por sua vez, os contingentes vinculados à elite empresarial, situados à direita, votaram a favor de Collor, sem confiar inteiramente no seu desempenho governamental. O próprio Collor contribuiu para essa expectativa temerosa, ao afirmar várias vezes durante a campanha que iria desapontar a direita e surpreender a esquerda.

Foi difícil portanto formar um governo capaz de efetuar a "reconstrução nacional" constante de seu programa político. O Projeto BRASIL NOVO fundamenta-se em dois pilares: uma sociedade fraterna e solidária (resgatando a dívida social contraída com mais de sessenta e cinco milhões de brasileiros excluídos da vida civilizada) e uma economia próspera e sem inflação (estimulando

a competição, ampliando o mercado interno e melhorando a capacidade aquisitiva da população). Para tanto, propõe a revisão radical do papel do Estado, eliminando o paternalismo e cartorialismo, além de enfatizar a revolução científica e tecnológica como instrumento para a retomada do desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento assumida tem caráter não-predatório, de modo a garantir o equilíbrio ecológico indispensável à preservação do patrimônio de recursos naturais em benefício das futuras gerações. Como pano de fundo para lograr essa mutação estrutural coloca-se o desafio da "reconstrução moral" para vencer a tradição de corrupção e de desonestidade que vem solapando a base do edifício nacional, minando a confiança das novas gerações no futuro e perpetuando a tendência de que apenas uma minoria privilegiada beneficia-se do produto do desenvolvimento brasileiro. Trata-se portanto de um projeto de ação econômico-social, cuja viabilização depende de uma profunda mudança ético-política.

Os primeiros tempos do governo Collor não lograram resultados satisfatórios. As metas de liberalização da economia e desregulamentação dos controles estatais sobre o sistema produtivo enfrentam as resistências corporativas tanto do empresariado quanto dos trabalhadores. Apesar da redução da espiral inflacionária, da diminuição do déficit público e das providências moralizadoras para combater a corrupção na engrenagem estatal, o Brasil vive uma conjuntura de quase anomia. Há um consenso nacional sobre a inevitabilidade de medidas drásticas para lograr a retomada do desenvolvimento, mas ninguém quer contabilizar perdas nesse processo de transição. Isso tem complicado a renegociação da dívida externa e o ingresso de capitais estrangeiros capazes de dinamizar a produção industrial, consequentemente criando novos empregos.

O comportamento do Presidente da República tem sido pautado por um perfil voluntarista. Seu primeiro ano de governo foi marcado por um confronto permanente com o Parlamento e os partidos políticos. Boa parte das iniciativas tomadas para mudar a legislação vigente encontrou resistências profundas. Como a Nova Constituição retirou muitos dos poderes presidenciais, caracterizando-se o atual regime brasileiro como uma democracia semi-parlamentarista, criou-se um cenário de impasse institucional, aproximando-se quase da ingovernabilidade.

Sem ter maioria no Congresso, o Presidente não consegue aprovação para seus projetos, a não ser fazendo concessões fisiológicas aos parlamentares. O recurso de que tem se valido Collor para justificar sua atuação junto à opinião pública foi o mesmo que lhe rendeu dividendos na campanha eleitoral. Ele "cria" fatos constantemente, catalizando o interesse da mídia impressa e eletrônica. Pratica esportes nos fins de semana, faz entradas e saídas pomposas no Palácio Presidencial, comparece a atos públicos onde confraterniza com a população, reage de modo contundente aos adversários que o hostilizam, participa de eventos protocolares reunindo-se a personalidades públicas e estrelas do show-business,

realiza viagens ao exterior, etc., etc. Tudo isso sob o olhar atento e vigilante da mídia, que reproduz sua imagem e a difunde para todos os lares brasileiros. Collor tem tido a preocupação constante de manter uma imagem pública de governante jovem, dinâmico, charmoso, trabalhador e preocupado com a solução dos problemas da população. Evidentemente ele nem sempre consegue controlar a agenda da mídia a seu favor, pois esta tem desempenhado um papel de denunciar irregularidades existentes no governo, muitas das quais mostram contradições entre o discurso e a prática. Nesse sentido, a imprensa diária não tem dado trégua ao governo, investigando operações que aparentam irregularidades, ultimamente envolvendo até mesmo familiares do próprio Presidente. Collor tem reagido com habilidade a esse cerco jornalístico, distanciando-se pessoalmente dos fatos noticiados, cuja responsabilidade cabe legalmente a terceiros, sempre procurando demonstrar que não os aprova e quer a punição dos responsáveis.

As relações do Presidente com os meios de comunicação apresentam-se, portanto, bastante singulares. Por um lado, a mídia tem feito uma cobertura profundamente crítica do seu governo, denunciando atos considerados ilícitos e em muitos casos hostilizando-o. Por outro lado, ele tem sabido monitorar a mídia, desencadenando acontecimentos que esta necessariamente registra e reproduz para o grande público, dissimulando símbolos capazes de comover o cidadão comum e criar uma relação empática com o jovem Presidente. Desta maneira, Collor consegue preservar sua boa imagem, suscitando a ideia de que o Presidente quer reconstruir o Brasil mas os políticos barram suas iniciativas.

Evidência disso é o resultado da mais recente pesquisa de opinião pública, que lhe confere legitimidade junto a 64% dos brasileiros, significando uma queda de apenas 6% na sua popularidade, desde o início do governo. Essa tendência é confirmada pela manifestação da maioria do eleitorado de que voltaria a elegê-lo Presidente da República na eventualidade de um novo pleito.

A preservação dessa popularidade, apesar da grave crise nacional traduzida pela queda da produção agrícola e industrial, pela redução dos salários e consequentemente da capacidade aquisitiva dos consumidores, pelo clima de pessimismo e desesperança de certo modo alimentado pelos mass media, não tem afastado Collor da sua disposição para cumprir o programa assumido durante a campanha eleitoral. Nos últimos meses ele tem reconhecido o seu isolamento e dado sinais de maturidade, superando a impetuosidade dos primeiros momentos e buscando fazer alianças políticas que viabilizem seu governo. Ou melhor, que garantam a governabilidade para superar os impasses atuais, inclusive a possibilidade (remota, mas não descartável) de um golpe de Estado, tão ao gosto da nossa tradição política.

Encontra-se em processo uma tentativa de "união nacional", reunindo as

principais forças políticas do país, da esquerda à direita, tendo como protagonistas os Governadores Estaduais e como meta principal a revisão da Constituição de 1988. Pretende-se retirar do texto constitucional aqueles dispositivos demagógicos, clientelísticos, redigidos por inspiração das corporações patronais e sindicais, que acarretam onus ao Estado sem gerar em contrapartida os meios indispensáveis à sua efetivação. Outra questão prioritária é a forma de governo, aventando-se o parlamentarismo como saída provável para o impasse constante da nossa vida republicana, que tem provocado sucessivos golpes de Estado quando se aguçam os conflitos entre o executivo e o legislativo. Os defensores dessa tese buscam estribar-se na experiência parlamentar do Segundo Império, sem dúvida o período de maior estabilidade política brasileira.

O esgotamento da paciência nacional pode ser o combustível que motiva as lideranças políticas, sindicais, empresariais, intelectuais e religiosas a buscarem o entendimento nacional. Para tanto, Collor tem demonstrado humildade e vontade dialógica, certamente convencido de que o caminho da "reconstrução" passa pela efetiva sedimentação da democracia e da participação de todos os segmentos da sociedade na elaboração de um "projeto nacional".

Se, até poucas semanas atrás, a tendência dominante na mídia era a de aguçamento das contradições, antevendo-se uma possível solução dramática como a que marcou o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 ou a renúncia de Jânio Quadros em 1961, percebe-se hoje uma alteração do quadro pessimista. Iniciativas tomadas por fortes lideranças políticas, desestimulando aventuras golpistas; manifestações explícitas de instituições da sociedade civil, concitando à superação das divergências partidárias; e a atitude assumida pelo Presidente Collor, admitindo até mesmo a formação de um governo de coalisão; tudo pode conduzir a uma saída razoável para a crise brasileira.

Resta esperar que se torne voz corrente o lema que a imprensa começou a disseminar, explícita ou implicitamente, nos últimos dias: O BRASIL É UM PAÍS VIÁVEL, E TEM FUTURO!

NOTAS

- (1) LIMA, Venicio Artur de: "Televisao e política". Comunicação & Política 9 (11). Sao Paulo, CBELA, 1990, p. 29-54.
- (2) LINS DA SILVA, Carlos Eduardo: "Indústria da comunicação: personagem principal das eleições; presidenciais brasileiras de 1989". Intercom - Revista Brasileira de Comunicação 62-63. Sao Paulo, Intercom, 1990, p. 121-128.
- (3) LIMA, Venicio Artur de: ob. cit., p. 37-49.
- (4) LINS DA SILVA, Carlos Eduardo: ob. cit., p. 126.

BIBLIOGRAFIA

- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos: Os tempos heróicos de Collor e Zélia. Sao Paulo, Nobel, 1991.
- CLARET, Martin: O fenômeno Collor. Sao Paulo, Martin Claret Editores, 1989.
- FAUSTO NETO, Antonio: "O Presidente da Televisao". Comunicação & Política 9 (11). Sao Paulo, CBELA, 1990, p. 7-28.
- FESTA, Regina: -TV dos Trabalhadores- a leveza do alternativo (tese de doutorado). Sao Paulo, ECA-USP, 1991.
- FIESP: Livre para crescer - proposta para um Brasil moderno. Sao Paulo, Cultura Editores Associados, 1990.
- FIGUEIREDO, Ney Lima e FIGUEIREDO JR., RUBENS DE LIMA, José: Como ganhar um eleição - lições de campanha e marketing político. Sao Paulo, Cultura Editores Associados, 1990.
- GARCIA, Alexandre: Nos bastidores da televisao. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1990.
- JAGUARIBE, Helio e outros: Brasil - reforma ou caos, 2º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- KOTSCHO, Mara Nogueira: A cabeça do brasileiro - uma análise das pesquisas de opiniao pública. Petrópolis, Vozes, 1986.
- LAMOUNIER, Bolivar (ed.): De Geisel a Collor: o balanço da transição. Sao Paulo, IDESP, 1990.
- LIMA, Venício Artur de: "Televisao e política". Comunicação & Política 9 (11). Sao Paulo, CBELA, 1990, p. 29-54.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo: "Indústria da comunicação: personagem principal das eleições presidenciais brasileiras de 1989". Revista Brasileira de Comunicação 62-63. Sao Paulo, INTERCON, 1990, p. 121-128.
- LONGO, Carlos Alberto: Estado Brasileiro - diagnóstico e alternativas. Sao Paulo, Atlas, 1990.
- MARQUESDE MELO, José (ed.): Populismo e Comunicação. Sao Paulo, Cortez/ INTERCOM, 1981.
- Communication and Democracy - Brazilian perspectives. Sao Paulo, ECAUSP, 1991
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio: Partidos & Sindicatos. Sao Paulo, Atica, 1990.
- MOREL, Mário: Lula o metalúrgico: anatomia de uma liderança. Rio de Janeiro, Mova Fronteira, 1981.
- MEUMAME, José: Atrás do palanque - bastidores da eleição 1989. Sao Paulo, Siciliano, 1989.

NERY, Sebastiao: A História da Vitória - Porque Collor Ganhou. Brasília, Dom Quixote, 1990.

NOBLAT, Ricardo: Céu dos favoritos - O Brasil de Sarney a Collor. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1990.

OLIVEIRA, Harrison: Os salvadores da pátria - radiografia dos presidenciais. Rio de Janeiro, Real Gráfica Editora, 1989.

POMAR, Wladimir: Quase lá - Lula, o susto das elites. Sao Paulo, Editora Brasil Urgente, 1990.

RAMOS, Paulo: Manipulação & controle da opiniao pública - a grande imprensa e o Plano Cruzado. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988.

SALDIVA: O Sonho brasileiro. Sao Paulo, Melhoramentos, 1987.

TAVARES, Maria da Conceição (ed.): Aquarela do Brasil - ensaios políticos e econômicos sobre o Governo Collor. Rio de Janeiro, Editora Rio Fundo, 1990.

WEBER, Maria Helena: "Pedagogias da despolitização e desqualificação da política brasileira". Comunicação & Política 9 (11). Sao Paulo, CBELA, 1990, p. 67-84.

WEFFORT, Francisco W.: "Incertezas da transição na América Latina". LUA NOVA. Revista de Cultura Política 16. Sao Paulo, CEDEC, 1989, p. 5-46.